

III SECISA

13 a 15 de Setembro de 2017
UNESPAR CAMPUS DE CAMPO MOURÃO - PR



*Anais do III Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná
Campo Mourão - PR, 13 a 15 de setembro de 2017*

AS CONTRIBUIÇÕES DAS ÁREAS VERDES PARA A QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES: UM ESTUDO SOBRE OS PARQUES URBANOS DE CAMPO MOURÃO - PARANÁ

JOSIMARI DE BRITO MORIGI
Mestre em Sociedade e Desenvolvimento
Universidade Estadual do Paraná
Josimorigi@gmail.com

RESUMO – O presente estudo analisa as principais contribuições das áreas verdes para a qualidade de vida nas cidades, destacando os resultados de um estudo desenvolvido sobre os parques urbanos presentes na cidade de Campo Mourão-PR. Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a temática das áreas verdes, investigando dentre outros fatores, os benefícios das mesmas para a qualidade de vida no ambiente urbano. Posteriormente analisou-se o Plano Diretor de Campo Mourão e a Legislação Municipal referente à questão ambiental e à arborização urbana, com a pretensão de verificar o planejamento e a manutenção dos parques urbanos. Também se realizou pesquisa in locus para realizar um levantamento da infraestrutura dos parques urbanos. Os resultados evidenciam que além do lazer, os parques urbanos possuem outras funções socioambientais relevantes, dentre elas a psicológica, cultural, histórica, a recomposição do temperamento, a reconstrução da tranquilidade, a atenuação de ruídos, o condicionamento do microclima etc. Contudo, os parques urbanos demandam alguns cuidados por parte do poder público, que corresponde à manutenção adequada de suas infraestruturas e mobiliários e a oferta de maior segurança para seus usuários.

Palavras-chave: Planejamento. Áreas Verdes Urbanas. Parques Urbanos. Manutenção dos Parques Urbanos.

ABSTRACT – This study analyzes the main contributions of green spaces to the quality of life in cities, highlighting the results of a study carried out on urban parks present in the city of Campo Mourão – PR. Held literature on the subject of green areas, investigating among other factors, the benefits of the same for the quality of life in the urban environment. Subsequently analyzed the Director Plan of Campo Mourão and Municipal Legislation related to environmental issues and to urban areas, with the intention of checking the design and maintenance of urban parks. Also conducted research in locus to conduct a survey of the infrastructure of urban parks. The results show that besides leisure, in urban parks have other important environmental functions, including the psychological, cultural, historical, the recovery of the temperament, the reconstruction of tranquility, noise attenuation, the microclimate conditioning etc. However, municipal parks require some care from the government, which is the proper maintenance of their infrastructure and securities and the provision of greater security for its members.

Keywords: Planning. Urban Green Area. Urban Parks. Maintenance of Urban Parks.

1 INTRODUÇÃO

Considerados sinônimos de qualidade de vida e até mesmo de status, as áreas verdes localizadas no espaço citadino assumem relevância internacionalmente reconhecida. O Hyde Park em Londres, o Central Park em Nova Iorque, o Parque Guell em Barcelona, o Parque do Ibirapuera em São Paulo, entre outros, ilustram bem a relevância dada a elas. Ressalta-se ainda que os parques urbanos se destacam em meio ao concreto, ao trânsito e à pressa, característicos das grandes cidades, e muitas vezes, apresentam-se como um “oásis” dentro do espaço urbano, haja vista que oferecem uma série de recursos demandados pela população, tais como: paisagens belas e agradáveis, conforto térmico e ambiental, espaço de lazer e recreação, ambiente para a prática de esportes ao ar livre etc.

No entanto, é importante destacar que os parques urbanos se tornaram objetos de estudos científicos apenas no século XX, quando se tornaram alvos de discussões sobre temas como qualidade de vida, sustentabilidade, áreas verdes urbanas, etc., porém, a origem destes logradouros, remonta ao século XVIII, conforme destaca os estudos realizados por Ferreira (2005), Loboda e De Angelis (2005), Bovo e Amorin (2009), Segawa (1996), entre outros. Sendo que a construção destes logradouros se intensificou com a era industrial, pois conforme destaca Vainer (2010), as primeiras demandas por espaços naturais voltados para o lazer e para a recreação surgiram em consequência do processo de urbanização das cidades, aglomeração demográfica nos centros urbanos e desenvolvimento maciço da atividade industrial.

Observa-se que cada vez mais as pesquisas científicas estão voltadas para o estudo das transformações ocorridas no espaço, sejam estas de cunho econômico, social, político, cultural e ambiental. Em se tratando especialmente das áreas verdes urbanas, vale destacar que os parques urbanos, bem como as demais áreas verdes urbanas (praças, parques fluviais, parque balneário e esportivo, jardim botânico e jardim zoológico etc.) apresentam um papel essencial no espaço urbano no que tange à sustentabilidade, uma vez que abrigam em alguns casos, grande parte da vegetação presente no perímetro urbano de determinadas cidades, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade ambiental, paisagística e estética do espaço urbano. É neste contexto que diversos pesquisadores têm desenvolvido estudos sobre as áreas verdes urbanas, dando ênfase aos benefícios da vegetação no espaço citadino.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de um estudo realizado com o intuito de analisar as principais contribuições das áreas verdes para a

qualidade de vida nas cidades, destacando os resultados de um estudo desenvolvido sobre os parques urbanos presentes na cidade de Campo Mourão-PR.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Primeiramente realizou-se o levantamento teórico em livros, dissertações e artigos científicos que versam sobre a temática das áreas verdes urbanas e dos parques urbanos, com o escopo de buscar uma fundamentação teórica para a sustentação e elaboração do presente estudo. Posteriormente, analisou-se o Plano Diretor de Campo Mourão e a legislação municipal referente à questão ambiental e a arborização urbana, com a pretensão de verificar o planejamento e a manutenção dos parques urbanos mourãoenses.

Também se realizou pesquisa *in locus* nos parques urbanos, para realizar um levantamento e analisar a situação da infraestrutura, do mobiliário e de sua localização dentro do espaço urbano, e também para fazer registros fotográficos destes logradouros para dar subsídios à realização de análises posteriores.

3 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Campo Mourão tem sua sede que leva o mesmo, está localizado na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense (conforme a Figura 1), tem sua economia baseada principalmente na agricultura e é considerado polo regional da Mesorregião supracitada, constituída por 25 municípios.

A população estimada do município de Campo Mourão em 2016 de acordo com o Caderno Municipal elaborado pelo IPARDES, é de 93.547 habitantes. O município possui área total de 757, 876 Km² e sua área urbana abrange cerca de 1.943,32 hectares (equivalente a 19.433.199,462 m²). Salienta-se que a qualidade paisagística no que diz respeito à tipologia florestal é diversificada, uma vez que a área onde se localiza o município de Campo Mourão constitui um ecótono, ou seja, uma área de transição envolvendo três tipos vegetacionais: a Floresta Estacional Semidecidual; a Floresta Ombrófila Mista (floresta com araucárias) e manchas de Cerrado (savana e savana-estépica), conforme destaca Silva (2009). Porém, atualmente o município apresenta somente áreas fragmentadas de remanescentes destas três formações florestais.

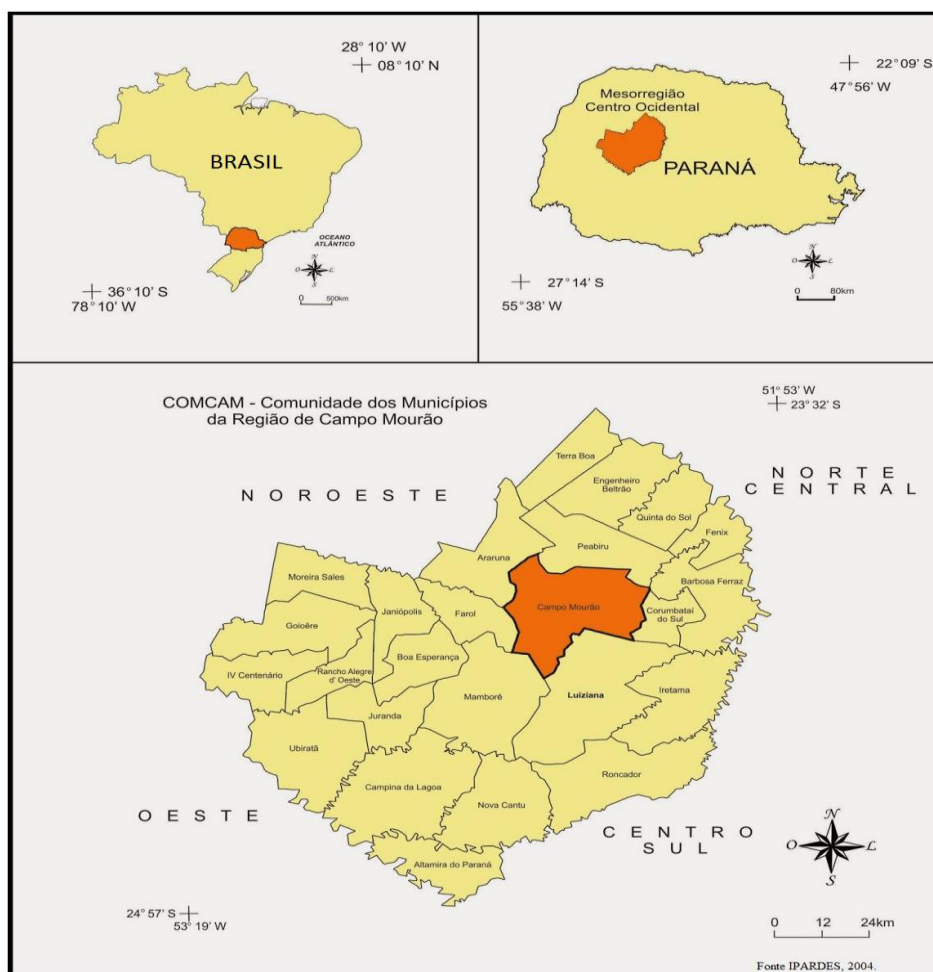


Figura 1: Localização do município de Campo Mourão (PR).

Fonte: Autora, 2015.

Durante o trabalho de campo nos parques de Campo Mourão, pôde-se observar que estes contam com exemplares típicos da Floresta Estacional Semidecidual, tais como o pinheiro do Paraná (*Araucária angustifólia*), a canela (*Nectandra sp*, *Ocotea sp*), o Ipê (*Tabebuia sp*), entre outros. Observou-se ainda a presença de espécies pertencentes ao Cerrado, como por exemplo, o Barbatimão (*Stryphnodendron adstrigens*), o Angico do Cerrado (*Anadenanthera falcata*), o Mercúrio do Campo (*Erythroxylum suberosum*), o Pau Santo (*Kielmeyera coriacea*), entre outros. Além de contar com diversas espécies exóticas, inseridas pelo homem com a finalidade de melhorar os aspectos paisagísticos e estéticos destes ambientes.

4 BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

É importante destacar que o estudo das questões da problemática ambiental urbana, e, por conseguinte, da questão das áreas verdes urbanas tem sido objeto de estudo das mais variadas áreas do conhecimento nas últimas décadas, desde a Geografia, a Botânica, a

Biologia, a Agronomia, a Arquitetura, a Administração etc. Além disso, as discussões alternam-se entre a funcionalidade paisagística e estética das cidades e ainda com relação à sua função social, priorizando a questão do bem estar da população.

Sendo que o destaque desta temática foi ocasionado pelo fato de que as áreas verdes se converteram nos principais símbolos de defesa do meio ambiente, tanto pela sua degradação, quanto pelo restrito espaço que comumente lhes é destinado nos centros urbanos (LOBODA, 2003). Segundo dados do IBGE (2010), cerca de 84% da população brasileira reside em cidades. Tal concentração tem colaborado com o crescimento acelerado e desordenado apresentado pelas cidades no transcorrer do tempo, fruto de fluxos migratórios inter-regionais e também do êxodo rural, ocasionando diversas consequências socioambientais. Assim, no transcorrer do tempo teve-se uma expressiva redução do quantitativo de vegetação presente nas áreas urbanas brasileiras (MILANO E DANCIN, 2000).

Ao explanar sobre a degradação ambiental nos centros urbanos, Moro (1976, p. 15) esclarece:

Que a constante urbanização nos permite assistir, em nossos grandes centros urbanos, a problemas cruciais do desenvolvimento nada harmonioso entre a cidade e a natureza. Assim, podemos observar a substituição de valores naturais por ruídos, concreto, máquinas, edificações, poluição etc., e que ocasiona entre a obra do homem e a natureza crises ambientais cujos reflexos negativos contribuem para degeneração do meio ambiente urbano, proporcionando condições nada ideais para a sobrevivência humana (MORO, 1976, p. 15).

De acordo com Lima *et al.* (1994), as áreas verdes são espaços livres de construção, no qual o elemento principal de composição é a vegetação, juntamente com o solo livre de concreto, ou seja, o solo permeável, o qual deve ocupar no mínimo 70% da área. Incluem as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Além disso, os canteiros centrais de avenidas, os trevos e rotatórias permeáveis das vias públicas e áreas que exercem funções estéticas e ecológicas também são conceituadas como áreas verdes.

Vale salientar que, para fins de índice, a área verde urbana é definida como sendo uma área onde, por motivo qualquer, haja vegetação e, para tal, existe um “índice hipotético” (cuja a autoria é atribuída a ONU – Organização das Nações Unidas) de 12m²/ habitante como padrão de ideal de áreas de lazer/vegetação para qualquer cidade (LIMA *et al.*, 1994).

Em uma visão mais aprofundada, Vaz (2008) salienta que são consideradas áreas verdes, os espaços que possuem um quantitativo considerável de vegetação arbórea, principalmente, as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Destaca-se que a estes locais são conferidas diversas funções no contexto da qualidade ambiental urbana, desde o

conforto térmico até a melhora considerável da qualidade de vida dos habitantes citadinos, além de considerar a sua importante função enquanto espaço de sociabilização da população.

Como nesta pesquisa estuda-se o parque como área verde urbana, torna-se necessário apresentar a definição do conceito de parque urbano, que é apresentado por Macedo e Sakata (2003, p. 14), como sendo: “todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno”. Neste caso, além dos tipos de uso, funções e morfologia, deve-se também incluir a obrigatoriedade da presença da vegetação arbórea, pois a massa vegetal e seus efeitos positivos no ambiente urbano é que de fato diferencia o parque de outras áreas verdes urbanas.

Já Carneiro e Mesquita (2000) definem parque urbano como sendo um espaço livre público com função predominante de recreação, que ocupe na malha urbana uma área em grau de equivalência superior a uma quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural, vegetação, topografia, elemento aquático, como também edificações destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas.

De acordo com Melazo e Colesanti (2003), os parques urbanos

[...] representam na dinâmica das cidades, um “espaço verde” fundamental no contexto de crescimento e desenvolvimento econômico e urbano, pois, através deles, proporcionam para a comunidade dos bairros que os circundam como também para toda a cidade, um espaço destinado ao lazer, ao contato com a natureza, onde o homem se encontra totalmente inserido (MELAZO E COLESANTI, 2003, p.6).

Vale frisar que durante o século XX os parques urbanos sofreram grandes transformações especialmente influenciadas pelo movimento conservacionista “*Park Moviment*”, pelos grandes projetos do século passado e pela atuação do arquiteto-paisagista norte-americano Frederick Law Olmsted que:

[...] defendia a utilização econômica dos espaços livres, criando oportunidades de recreação e também de preservar os recursos naturais, controle de enchentes, proteger os mananciais, criando espaços agradáveis para passear e morar. Esses trabalhos, além de inspirar a criação de inúmeros parques e da cidade-jardim de Howard, mudou (sic) o conceito de qualidade ambiental urbana (SCALISE, 2002, p. 2).

Conforme destaca Scalise (2002), no final do século XIX os parques urbanos passaram a ser vistos como representações de certos ideais democráticos, também considerados uma fonte de benefícios para a saúde da população, especialmente ao desempenhar o papel de

pulmões dentro de uma malha urbana. Ademais, naquele período havia a preocupação de se implantar parques providos de equipamentos para recreação e lazer, visando atender à um novo ritmo de trabalho, à uma necessidade de expansão urbana, além da necessidade de criação de espaços de ar puro, de contemplação, estimulando a imaginação da população.

No Brasil a história dos parques urbanos se inicia na primeira metade do século XVII, através do trabalho de urbanização realizado na cidade de Recife pelo Conde Maurício de Nassau, durante a invasão holandesa, que resultou na criação do Parque de Friburgo em 1639, com características renascentistas que embelezava o palácio de mesmo nome. Dentre os atrativos naturais deste parque estavam um conjunto enfileirado de coqueiros, canteiros de diferentes espécies da flora nativa e pequenos lagos, onde se criavam peixes e cisnes (CARNEIRO E MESQUITA, 2000). Outro exemplo de parque urbano criado no Brasil durante o período colonial é o Passeio Público do Rio de Janeiro, considerado o marco inaugural de uma séria de obras voltadas para a modernização e expansão da referida cidade (CENIQUEL, 1995, p. 243).

Vale destacar que o Parque Friburgo criado em Recife e o Passeio Público criado no Rio de Janeiro modernizaram as paisagens das respectivas cidades no Brasil Colônia. No entanto, conforme destaca Freitas (2006) a propagação dos parques urbanos pelas cidades brasileiras veio a ocorrer somente após o país se tornar Império em 1822, mas não como necessidade, como ocorreu nas cidades europeias, pois no Brasil os parques urbanos passaram a ser definidos como instrumentos de melhoramentos urbanos, influenciados pelo modelo urbano presente no “Velho Mundo”.

Dentro deste contexto, cabe advertir que os primeiros parques urbanos brasileiros apresentavam características distintas dos parques europeus. Ademais, os parques brasileiros não surgiram da urgência social de atender às necessidades das massas urbanas das cidades do século XIX, pois naquele período o Brasil ainda não possuía uma rede urbana expressiva e as cidades brasileiras eram pequenas, ou seja, ainda não apresentavam um porte populacional similar aos das cidades europeias.

Cabe salientar que, com a criação da Lei nº. 9.985 do (SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação) em 2000, os parques urbanos no Brasil passaram a apresentar novo significado e função, passando a representar espaços de preservação da biodiversidade para o bem coletivo. Desse modo, o parque urbano passou a ser o *locus* da preservação ambiental, da contemplação e do bem-estar daqueles que o utilizam e/ou que vivem ao entorno do mesmo.

Visando a defesa do bem coletivo, a lei do SNUC destaca a necessidade de democratização na criação e gestão do espaço público, de modo a abranger a participação da sociedade civil na sua gestão. No entanto, na prática, observa-se que a participação dos atores urbanos não acontece de forma consensual, visto que os atores possuem diferentes interesses e por tal motivo, disputam o domínio e a influência sobre a gestão dos parques urbanos.

Resende (2011) e Morigi (2014) destacam que os elementos vegetais de porte arbóreo devem estar presentes no espaço urbano, como forma de melhorar os aspectos paisagísticos e a qualidade ambiental-urbana de um espaço artificial edificado pelo homem. Assim, além de proporcionar o embelezamento da cidade, a presença de vegetação também oferece sombra para a população, nichos para avifauna, entomofauna, vegetação epífita, entre outros. E ainda, pode minimizar a poluição sonora e visual, gerar estabilidade microclimática, proporcionar bem-estar físico e psíquico ao ser humano, influenciar no balanço hídrico, favorecer a infiltração da água no solo, entre outros benefícios.

Dentre os principais benefícios proporcionados pela arborização urbana, está o amortecimento de ruídos e a redução do impacto da água da chuva (GUZZO *et al.* 2006; SILVA, 2005). Outras benesses estão ligadas à conservação da biodiversidade, à manutenção de banco genético e o abrigo e a diversificação de fontes de alimentação para a fauna (COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL ENERGIA, 2008). Também se deve considerar que conforme destacam Guzzo *et al.* (2006) e Milano (1988), o aumento da diversidade de espécies dentro do ambiente urbano pode auxiliar na ampliação do equilíbrio das cadeias alimentares e também na redução de pragas e doenças, como consequência do equilíbrio ecológico, assim como a redução da velocidade do vento e a retenção de umidade, por intermédio da sombra produzida por elas.

Complementando aquilo que foi exposto acima, Chiesura (2004) *apud* Cardoso *et al.* (2015), pontua que dentre os benefícios desempenhados pelos parques urbanos, está a constituição de um meio ambiente natural que influencia diretamente na saúde mental do ser humano, pois contribui para a redução do estresse e provisão de sensação de paz e tranquilidade. Contribuindo com as abordagens anteriores, Loboda e De Angelis (2005) enfatizam que a qualidade de vida urbana está diretamente vinculada a múltiplos fatores que estão agrupados na infraestrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles atrelados à questão ambiental. No caso do ambiente urbano, as áreas verdes públicas constituem-se elementos essenciais para o bem-estar da população, já que pode influenciar de forma direta na saúde física e mental da população.

Entretanto, adverte-se que a arborização de uma cidade requer planejamento prévio e manutenção adequada, pois uma arborização inadequada pode causar diversos transtornos para a população e para a administração pública. Dentre os principais transtornos pode-se citar: interferência na rede elétrica, rachamento de calçadas, destruição da pavimentação e de sistemas hidráulicos, entupimento de calhas, abalo na estrutura das casas, entre outros. Contudo, vale ressaltar, que por conta desses problemas acima elencados, torna-se comum a realização de podas drásticas nas árvores, deixando-as mais suscetíveis a problemas fitossanitários, como a presença de broca, cupins, patógenos, troncos ocos e podres, galhos secos e lascados (MAREK, 2008).

De acordo com Loboda e De Angelis (2005), além dos espaços criados à luz da arquitetura, ultimamente a percepção ambiental aufere *status* e passa a ser materializada na produção de praças e parques públicos nos centros urbanos. Com o intuito de melhorar a qualidade de vida, através da recreação, da preservação ambiental, das áreas de preservação dos recursos hídricos, e à própria sociabilidade, desse modo, essas áreas tornam-se atenuantes da paisagem urbana marcada pelo concreto e pelas edificações.

A legislação ambiental brasileira determina a proteção ou conservação de áreas de relevância ambiental que ocupam uma expressiva parte do território, seja rural ou urbano. De modo a complementar a legislação ambiental, a legislação urbanística estabelece a existência de espaços que possam contribuir para o equilíbrio ambiental das cidades. Lembrando que a implementação da legislação faz parte do desenvolvimento territorial de um país, definido por Baudelle (2011) *apud* Steiner e Rückert (2013) como a demanda pela melhoria da funcionalidade das estruturas espaciais ou do próprio modo de organização da sociedade no espaço.

Neste contexto, deve-se também considerar o planejamento de espaços de relevância ambiental em áreas urbanas, principalmente nas cidades de médio e de grande porte, pela sua importância na prestação de serviços ambientais, como, entre outros, a regulação de emissões gasosas, do clima e do ciclo da água. Diversas funções ecológicas das áreas verdes urbanas acabam se alterando quando o sistema natural como um todo é alterado e fragmentado, processo característico em áreas urbanas densamente ocupadas e utilizadas. Desta forma, o planejamento ambiental e territorial de áreas verdes urbanas deve prever a manutenção de uma rede integrada de espaços de relevância ambiental junto às áreas de uso de forma que as funções ecológicas não sejam totalmente interrompidas (STEINER & RÜCKERT, 2013).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o Plano Diretor (2007), Campo Mourão conta com seis parques urbanos (Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, Parque Municipal Gralha Azul, Parque das Torres, Parque Municipal Parigot de Souza, Parque Municipal Robson Daciuk Paitach e Parque Municipal do Distrito Industrial I), os quais estão evidenciados na Figura 2. Sendo que todos esses parques se encontram situados nas áreas mais periféricas da cidade.

Ao analisar a Figura 2 pode-se constatar que há uma carência de parques e praças nas partes sul e sudoeste da cidade. Além do mais, os seis parques e as treze praças públicas encontram-se espalhadas no espaço urbano mourãoense que atualmente abriga segundo dados de uma projeção realizada pelo IBGE (2016), uma população estimada de aproximadamente 93.547 habitantes, representando uma quantidade de área verde muito pequena para uma cidade com esse porte populacional.

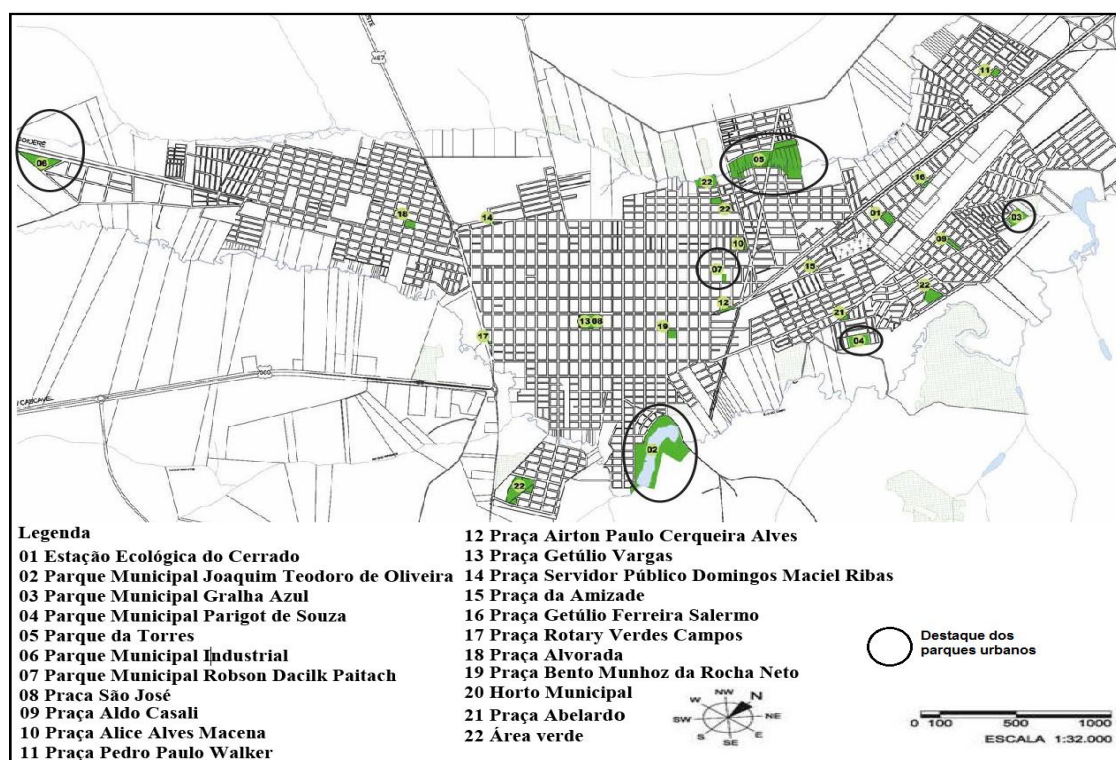


Figura 2: Localização dos parques e praças presentes na cidade de Campo Mourão
Fonte: Plano Diretor Municipal de Campo Mourão-PR, 2007.

Nesse contexto, é importante destacar que para Oliveira (2010) todas as cidades com população superior a 20 mil habitantes deveriam conter no mínimo 10% de seu espaço urbano ocupados por áreas verdes. No entanto, ao somar os parques existentes em Campo Mourão, a área total é de 522.854,97 m², desconsiderando neste cálculo as áreas de calçadas ou edifícios dentro dos parques. Assim sendo, para a área urbanizada de Campo Mourão (correspondente a

19.433.199,462 m²) há apenas 2,69% de áreas verdes, que corresponde aos seis parques urbanos levantados. Porém, se considerarmos nesse cálculo as praças e outros pontos verdes presentes na cidade, a soma alcançaria o índice de 3% de áreas verdes na cidade, mantendo-se ainda muito baixo do necessário para uma cidade deste porte, se considerarmos a proposta percentual de Oliveira (2010).

Ao se fazer uma busca por leis referentes à questão ambiental no município de Campo Mourão, encontrou-se: a Lei nº1040/97, que dispõe sobre o Código de Arborização e Ajardinamento Urbano do Município de Campo Mourão. A Lei nº 1077/97 que dispõe sobre a política de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente no município de Campo Mourão, e a Lei nº 1851/2004 que torna obrigatório o plantio de espécies componentes do cerrado de Campo Mourão em todas as áreas verdes urbanas e nos espaços públicos, presentes neste município. No entanto, ao analisar estas leis, constatou-se que não há um detalhamento dos procedimentos a serem realizados e nem das exigências quanto às espécies arbóreas e ao porte das árvores que devem ser plantadas nos logradouros, nos canteiros centrais e nas calçadas das vias públicas. Também não foram encontrados quaisquer outros indicadores para manutenção dos parques urbanos. Portanto, a legislação ambiental municipal está mais direcionada para a preservação da vegetação urbana, deixando de lado fatores de igual importância tais como o uso de áreas verdes urbanas para o lazer e recreação, por exemplo.

Durante a análise desse conjunto de documentos, primou-se identificar o que foi pensado pelo poder público para o melhor uso e manutenção dos parques urbanos. Apesar de as leis supracitadas não terem sido criadas especificamente para os parques urbanos, cabe advertir que suas normas e diretrizes também podem ser usadas para os parques urbanos. Contudo, não basta apenas a existência dessas leis para que seja assegurada uma boa gestão dos parques urbanos e demais áreas verdes urbanas, é preciso que a legislação existente seja posta em prática.

Em decorrência da intensa redução de áreas verdes em cidades de porte médio e grande é importante salientar que, a necessidade de realizar uma gestão eficiente do patrimônio ambiental para melhor cuidar daquilo que já existe. Para tanto, torna-se necessário o uso de algumas ferramentas que possibilitem a atuação em três vertentes, quais sejam: a de planejamento, a de execução de ações e a de monitoramento dos resultados obtidos de forma a fornecer subsídios para as correções de possíveis distorções.

O Parque Joaquim Teodoro de Oliveira também conhecido como Parque do Lago foi criado em 1982, sendo o primeiro parque criado na cidade e o maior em amplitude, contando com uma área de 263.687,55m². Está localizado no bairro Jardim Gutierrez, região de grande movimento e densidade populacional e é muito utilizado pelos moradores deste e dos demais bairros ao entorno. Além disso, dentre os seis parques presentes na cidade de Campo Mourão, este é o que tem recebido mais atenção por parte do poder público no quesito manutenção e remodelação, uma vez que ele é o parque mais frequentado da cidade.

Nesse contexto, vale destacar que o Parque Joaquim Teodoro de Oliveira (Figura 3) é um dos cartões postais de Campo Mourão e ponto de encontro para famílias, jovens e esportistas. Ademais, é considerado um dos pontos turísticos mais visitados pela população mourãoense e também pelas pessoas que visitam a cidade, se tornando “[...] um excelente lugar para quem gosta de estar em contato com a natureza e busca qualidade de vida” (Campo Mourão, 2007).



Figura 3: Vista parcial do Parque Joaquim Teodoro de Oliveira (Parque do Lago).
Fonte: Autora, 2014.

Dentre os atrativos presentes neste parque destacam-se: o Ecomuseu do Saneamento (desativado), a concha acústica, o mirante, a academia da primeira e da terceira idade, o Monumento Histórico - Marco Zero do Caminho do Índio, a pista de caminhada, a ponte, três pequenos lagos artificiais, uma quadra de vôlei de praia, os decks, trilhas, etc.

O Parque Municipal Gralha Azul (figura 4) foi inaugurado em 2001, e abrange uma área de 21.305,21m². Situado nas proximidades do Conjunto Habitacional Diamante Azul e do bairro Jardim Tropical, este parque é totalmente desprovido de infraestruturas e mobiliários e está todo cercado, pois corresponde a uma Unidade de Conservação protegida por lei, que tem desempenhado um papel fundamental no bem-estar da comunidade e também tem contribuído para a conservação da biodiversidade local.

Constatou-se que as galerias pluviais presentes neste parque vêm causando erosão e acúmulo de lixo. Além disso, algumas das nascentes que se encontram dentro do parque encontram-se desprotegidas pela ausência de mata ciliar, e possuem construções muito próximas a elas. Este parque não tem recebida a atenção necessária por parte do poder público, pois não é monitorado, assim como os outros parques e isso faz com que os próprios usuários utilizem o mesmo de forma inadequada, seja jogando lixo, provocando incêndios, entre outros problemas. Para sanar esses problemas torna-se necessário a instalação de uma sede administrativa, de um almoxarifado, construção de uma trilha interpretativa e colocação de placas indicativas e proibitivas, colocação de lixeiras em todo o parque, etc.



Figura 4: Vista parcial e vista aérea do Parque Municipal Gralha Azul
Fonte: Autora, 2014; Google Earth, 2014.

O Parque das Torres (figura 5) está localizado entre os bairros Jardim Alvorada e Jardim Cidade Nova, situados na parte norte da cidade. Foi criado em 1999 e conta com uma área de 173.280,57m², sendo o segundo em extensão. Totalmente desprovido de infraestruturas e mobiliários necessários para um parque urbano, o mesmo está com projeto de revitalização. Mas, a mesma ainda não iniciada por conta da demora para resolver algumas irregularidades relacionadas à posse do terreno, uma vez parte da área não havia sido desapropriada, e por esse motivo o município ainda não era o proprietário do parque. Contudo, esta questão da regularização do terreno já foi resolvida e já está sendo providenciada pela prefeitura municipal a licitação para obras de revitalização deste parque. Desse modo, espera-se que as obras de revitalização sejam iniciadas ainda no segundo semestre do corrente ano.

Com a revitalização deste parque o poder público municipal espera beneficiar a população residente em vários bairros do seu entorno, os quais são: Jardim Cidade Nova,

Conjunto Habitacional Antilhas, Conjunto Habitacional Mundo Novo, Jardim Cidade Alta, Jardim Cidade Verde, Conjunto Habitacional Primavera e Jardim Alvorada.

Durante o trabalho de campo constatou-se que este parque possui uma pista de caminhada com duas pontes e um portal de acesso. Há três nascentes que passam pelo parque e as mesmas estão completamente desprotegidas de vegetação, ou seja, o parque precisa ser reflorestado. Além disso, havia bastante lixo jogado no chão. Há uma pequena quantidade de vegetação no local e muitas das espécies existentes são exóticas. Na pesquisa de campo pôde-se observar também que o parque não possui pista de caminhada pavimentada, sede administrativa, sanitários, placas de sinalização e espaço para descanso e recreação.



Figura 5: Vista parcial do Parque das Torres.

Fonte: Autora, 2013.

O Parque Municipal Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (figura 6) foi criado em 1993 e conta com uma área de 21.848,64 m² e está localizado na quadra 16 do Conjunto Habitacional Governador Parigot de Souza.

Possui sede administrativa, sanitários, parque infantil, quadra poliesportiva, campo de futebol, quiosque, pista de caminhada e portal de entrada. E encontra-se em excelente estado de conservação. Durante o trabalho de campo, observou-se que havia a necessidade de realização das seguintes tarefas: corte da grama, pintura nas estruturas; restauração da quadra poli esportiva, pois ela estava com as grades cortadas; colocação de placas indicativas e proibitivas, etc.



Figura 6: Vista parcial do Parque Municipal Governador Pedro Viriato Parigot de Souza.
Fonte: Autora, 2014.

Já o Parque Municipal Robson Daciuk Paitach (Figura 7) foi criado em 1987 e possui uma área de 2.650,00 m². Também foi classificado pela legislação municipal como uma Unidade de Conservação e está situado nas dependências do Colégio Estadual Unidade Pólo, o que tem contribuído para a sua conservação. O parque encontra-se cercado para impedir a entrada das pessoas, porém, é comumente utilizado pelos professores do colégio para trabalhar conteúdos das disciplinas de Geografia e Biologia, contribuindo assim para o conhecimento dos alunos.

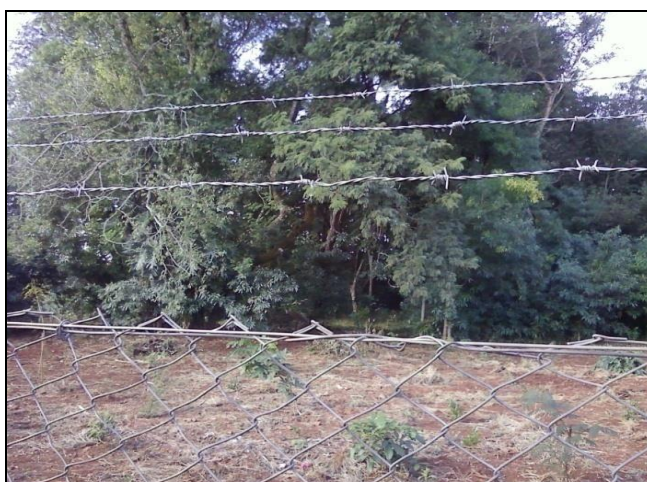


Figura 7: Vista parcial do Parque Municipal Robson Daciuk Paitach.
Fonte: Autora, 2013.

O Parque Municipal do Distrito Industrial I (Figura 8) foi criado em 1993 e possui uma área de 40.083,00 m². É uma Unidade de Conservação categoria parque que está toda cercada e não possui estrutura de visitação e pesquisas. Ademais, muito embora sua extensão compreenda uma área pequena, esta corresponde a um elemento muito importante para a preservação do ecossistema local, em decorrência de sua localização geográfica à montante da captação do manancial que abastece a cidade de Campo Mourão, contribuindo significativamente na preservação da bacia hidrográfica do Rio do Campo.



Figura 8: Vista aérea do Parque Municipal do Distrito Industrial I
Fonte: Google Earth, 2013.

Cabe advertir que ao considerar as principais características que uma área verde deve apresentar para se enquadrar na categoria parque urbano, observou-se que dentre os parques analisados neste estudo somente o Parque Joaquim Teodoro de Oliveira e o Parque Municipal Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, enquadram-se de fato nesta categoria. O Parque das Torres também pode vir a se enquadrar nesta categoria desde que receba algumas adequações. Já o Parque Municipal Robson Daciuk Paitach, o Parque Municipal Gralha Azul e o Parque Municipal do Distrito Industrial I se enquadrariam apenas como áreas verdes, pois neles há o predomínio de vegetação arbórea, mas, não há infraestrutura e nem mobiliários necessários para um parque urbano. De tal modo, estes espaços estão desempenhando apenas a função estética e ecológica. Contudo, adverte-se que esses parques foram considerados neste estudo por estarem dispostos no Plano Diretor Municipal de Campo Mourão como parques urbanos.

Também se deve considerar que os parques urbanos bem equipados e providos de infraestruturas podem ser atrativos para a prática do turismo. No caso dos seis parques analisados neste estudo somente o Parque Joaquim Teodoro de Oliveira tem servido de atrativo turístico para algumas pessoas que visitam a cidade de Campo Mourão.

Diante das discussões elencadas neste artigo, pode-se concluir que os parques urbanos, assim como as demais categorias de áreas verdes urbanas, representam espaços importantes para a preservação ambiental nas cidades, e dessa forma se receberem a atenção e os cuidados necessários por parte do poder público, podem contribuir para a manutenção ou melhoria da qualidade de vida da população urbana. Todavia, não se pode esquecer que ainda existem muitos desafios a serem perseguidos para que possa haver de fato uma efetiva governança ambiental desses espaços. Contudo, vale ressaltar que dentre todos os desafios a serem

enfrentados, talvez o mais proeminente seja o estabelecimento de uma aliança de governança participativa entre os atores sociais, haja vista que a efetivação das instâncias de participação representa a democratização das ações de gestão ambiental nos parques urbanos.

Deve-se considerar ainda que a preservação dos parques urbanos vai além da proteção ambiental *stricto sensu*, uma vez que converge para o surgimento de novas problemáticas que integram a dinâmica urbana local. As áreas situadas ao entorno dos parques urbanos envolvem fatores que devem ser considerados na gestão das cidades, sobretudo ligados a: instalação de infraestruturas, acesso, uso, manejo, fiscalização, e também questões relacionadas à pressão antrópica e fundiária, a valorização e a especulação imobiliária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, neste estudo buscaram-se tecer algumas considerações sobre as áreas verdes urbanas, com foco direcionado para os parques urbanos presentes na cidade de Campo Mourão, com a pretensão de analisar as principais contribuições destes para a qualidade de vida na cidade de Campo Mourão. Alguns dos parques analisados não possuem as características necessárias, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e mobiliários, para se enquadrarem na categoria de parques urbanos. Porém, se estes passarem por uma readequação, certamente poderão contribuir ainda mais para a qualidade de vida da população mourãoense.

Diante do exposto, conclui-se ainda que para a melhora da qualidade ambiental no espaço urbano, o poder público além de manter políticas de preservação e de manutenção de infraestruturas e mobiliários das áreas verdes, precisa também elaborar um planejamento que considere a distribuição espacial das áreas verdes e a dimensão espacial das mesmas, para que o planejamento urbano e ambiental possa realmente prover as necessidades da sociedade e não apenas seja dirigido à valorização e preservação da vegetação no meio urbano por uma questão puramente preservacionista.

Em resumo, salienta-se que é notória a necessidade de o poder público municipal estabelecer políticas públicas com o objetivo de priorizar sempre a realização de readequação, de contínua manutenção e de recuperação das estruturas e dos mobiliários, considerando as funções basais destes logradouros, que são a socialização e o lazer, sejam estes de caráter cultural, recreativo, esportivo ou contemplativo. E também desenvolver políticas públicas direcionadas para a conscientização da população mourãoense, de modo que ela seja

estimulada a utilizar os espaços livres da cidade com mais constância e que zelem por estes espaços.

Ressalta-se ainda que é de fundamental importância que tanto o planejamento para a implantação de áreas verdes urbanas, como para a destinação de recursos públicos para obras e interesses específicos, conte com a participação popular. Uma vez que a participação efetiva de diferentes segmentos sociais pode resultar em políticas públicas menos excludentes, ou seja, políticas públicas capazes de garantir um processo participativo mais democrático, que permita que decisões sobre os investimentos públicos possam ser deliberadas coletivamente, constituindo um instrumento de construção e de fortalecimento da cidadania.

Por fim, destaca-se que com as discussões apresentadas neste ensaio teórico tiveram como finalidade contribuir para as reflexões sobre as contribuições sobre os parques urbanos de Campo Mourão para a qualidade ambiental e para a população da referida cidade. Todavia, vale ressaltar que a pesquisa sobre esta temática continua necessitando de mais estudos teóricos e empíricos, pois são diversas as questões que ainda não foram resolvidas/respondidas.

REFERÊNCIAS

BOVO, Marcos Clair. AMORIM, Margarete Cristiane Costa Trindade. Efeitos Positivos Gerados Pelos Parques Urbanos: Um Estudo de Caso Entre o Parque do Ingá e o Parque Florestal das Palmeiras no Município de Maringá/Pr. In. XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Viçosa. **Anais...** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009.

CARDOSO, Silvia Laura Costa. VASCONCELLOS, Mário Sobrinho. VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. n. 7, v. 1, p. 74-90, jan./abr., 2015.

CARNEIRO, Ana Rita Sá. MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da cidade de Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CENIQUEL, Mário. Paisagem e configuração espacial no Rio de Janeiro: os espaços livres urbanos no século 19. **Paisagem e Ambiente. Ensaios**, São Paulo: EDUUSP, n.8, 1995.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL ENERGIA. **Arborização urbana viária: aspectos de planejamento, implantação e manejo**. Campinas: CPFL Energia, 2008. 120 p.

FERREIRA, Adjalme Dias. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: o caso do Passeio Público da cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2005.

FREITAS, Cândida. **O Parque 13 de Maio na Modernização do Recife**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2006.

GUZZO, Perci. CARNEIRO, Regina Maria Alves. OLIVEIRA JÚNIOR, Hamilton de. Cadastro Municipal de Espaços Livres Urbanos de Ribeirão Preto (SP): Acesso Público, Índices e Base para Novos Instrumentos e Mecanismos de Gestão. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v.1, n.1, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos: 1960 a 2010- Município de Campo Mourão**.

_____. **Cidades. Campo Mourão**. 2017.
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410430>> Acesso em 21 de jul de 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Caderno Estatístico do Município de Campo Mourão**. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em 15/07/2017.

Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>> Acesso em 3 de maio de 2015.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira. CAVALHEIRO, Felisberto. NUCCI, João Carlos. SOUSA, Maria Alice de Lurdes Bueno. FIALHO, Nilva de Oliveira. DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 1994. São Luiz/MA. **Anais...** São Luiz: Imprensa EMATER/MA, p. 539 – 553, 1994.

LOBODA, Carlos Roberto. **Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava - PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá. Curso de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, 2003.

LOBODA, Carlos Roberto. DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Revista Ambientia**. n. 1, v.1, p. 125-139. Jan./jun, 2005.

MACEDO, Silvio Soares. SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

MAREK, Carla Fernanda. **Os impactos da arborização viária sobre a rede de distribuição 108 de energia elétrica: estudo de caso da Zona 7 de Maringá – PR**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2008.

MILANO, Miguel Serediuk. DANCIN, Eduardo. **Arborização de Vias Públicas**. Rio de Janeiro: Light, 2000.

MILANO, Miguel Serediuk. **Avaliação quali-quantitativa e manejo da arborização urbana: o exemplo de Maringá/ PR.** Curitiba, 1988, 120 p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) Setor de Ciências Agrárias, UFPR, Curitiba, 1988.

MORIGI, Josimari de Brito. A Praça das Flores de Mamborê-PR: análise histórica, ambiental e social de uma área verde urbana. In: I Encontro Regional de Geografia XXII e Semana de Geografia, 2014. Maringá, PR. **Anais...** Maringá: UEM, p. 1-16, 2014.

MORO, Dalton Áureo. As áreas verdes e seu papel na ecologia urbana e no clima urbano. **Revista UNIMAR**, v.1, p. 15-20, 1976.

OLIVEIRA, Fabio Lemes de. O nascimento da ideia de parque urbano e do urbanismo modernos em São Paulo. **Revista Arquitextos**, 120.03. Ano 10, 2010.
Prefeitura Municipal de Campo Mourão. **Plano Diretor Municipal de Campo Mourão**, 2007.

_____. **Decreto-Lei nº 1040/97, de 26 de junho de 1997.** Dispõe sobre o Código de Arborização e Ajardinamento Urbano do Município de Campo Mourão-PR. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1997.

_____. **Decreto-Lei nº 1077, de 04 de dezembro de 1997.** Dispõe sobre a política de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente no município de Campo Mourão. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1997.

_____. **Decreto-Lei 1851, de 07 de julho de 2004.** Torna obrigatório o plantio de espécies componentes do cerrado de Campo Mourão em todos os parques e espaços públicos do município. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 2004.

RESENDE, Otávia Melina. **Arborização urbana.** Monografia (Bacharel em Geografia e Meio Ambiente). Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Barbacena, 2011.

SCALISE, Walnyce. **Parques Urbanos - Evolução, Projeto, Funções e Usos.** 2002. Disponível em: http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm> Acesso em 4 de maio de 2015.

SEGAWA, Hugo. **Ao Amor ao Público. Jardins do Brasil.** Ed. São Paulo. SP. Studio Nobel/ Fafesp, 1996.

SILVA, Luciana da. **Caracterização da vegetação relictual de savana estépica com cactáceas no Parque Estadual Lago Azul, Campo Mourão, Paraná.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2009.

SILVA, Luzia Ferreira da. **Situação da arborização viária e proposta de espécies para os bairros Antônio Zanaga I e II, da cidade de Americana/SP.** Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2005.

STEINER, Cláudia. RÜCKERT, Aldomar A. Análise preliminar das políticas e leis ambientais e urbanísticas e suas repercussões sobre áreas protegidas urbanas. **Revista GEONORTE.** Edição especial, v. 7, n. 1, p. 391-404, 2013.

VAINER, Alice Giacomini. **Conflitos ambientais em evidência na criação e manejo de um parque nacional:** o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. 2010. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3943.pdf>> Acesso em 4 de maio de 2015.

VAZ, Cesar Antonio de Abreu. **Áreas Verdes e Políticas Públicas em Guarapuava-PR.** Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia. Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava, 2008.